

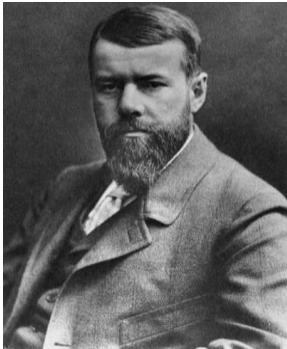


Resumão

Filosofia

Weber

Teoria



Maximilian Karl Emil Weber (1864-1920) nasceu em Erfurt, na Alemanha. Foi um dos principais intelectuais de sua época e é, sem dúvidas, um dos mais importantes pensadores da história. Divide com Marx e Durkheim o posto de arquiteto das Ciências Sociais, tendo alcançado influência descomunal no pensamento, no âmbito da política, da economia, da religião e social. Notável por suas concepções sobre como o trabalho e o capitalismo foram influenciados por outras esferas da sociedade, como a religião, Weber se distingue de seus companheiros clássicos pela predominância da ideia de racionalização e pela proposta de interpretação da vida social.

Fazemos aquilo que tem/faz sentido

Baseado nos indivíduos, o método weberiano propõe compreender o significado que estes atribuem aos fenômenos sociais e suas ações. Essa proposta distancia o pensamento do autor da influência das ciências naturais e configura a consolidação final da Sociologia como ciência, já que, além de defender esta como uma ciência, defende-se aqui que esta é tão peculiar que o método de análise não pode ser semelhante aos aplicados nas ciências naturais. Não é possível observar a regularidade e a previsibilidade nas leis sociais. Além disso, o objeto estudado aqui apresenta um nível de complexidade tão alto e condições de observação tão limitadas, que é impossível definir leis gerais que obedeçam a regras de regularidade e previsibilidade. Nos resta seguir os indivíduos, buscando compreender o **sentido de suas ações**, ou seja, o que fazem e por quê.

Toda ação humana porta sentido e intenção. Temos que interpretar essas ações e como elas decorrem. Essa postura metodológica ficou conhecida como **individualismo metodológico**, em que o indivíduo e suas motivações são o ponto de partida para compreender a realidade social que se pretende investigar.

Como podemos perceber, Weber já está preocupado em definir ontologicamente as Ciências Sociais. Distanciando-as das naturais, o pensador se envereda por outra questão, fundamental para o sucesso da Sociologia. É possível alcançar algum nível de neutralidade nas Ciências Sociais? Independente da resposta, é possível que o conhecimento produzido em seu interior seja considerado objetivo?

Weber era um pensador inserido na elite intelectual alemã. Uma das grandes influências dessa elite é o filósofo Immanuel Kant, que leva os pensadores do séc. XIX a reconhecer a diferença entre as ciências sociais e históricas e as naturais. Questão imensamente discutida na Alemanha, ela não escapa da análise de Weber (e nem ele consegue se esquivar dela). Concordando com a postura da época, de que buscamos estudar elementos da realidade que fazem sentido para nós, ou seja, que estamos ligados ao fenômeno do valor (o que abre a possibilidade para uma avaliação totalmente subjetiva), Weber afirma que, mesmo assim, é possível interpretar a realidade e verificar causalidades nos fenômenos. Centrada nas ideias de **compreensão** e **explicação**, a visão de Weber é dual, mas não é dualista, pois essas duas noções devem ser mobilizadas e unificadas. Reconhecendo que toda pesquisa tem um ponto de partida subjetivo (é o indivíduo que realiza a pesquisa), Weber afirma que o reconhecimento dessa condição e o desenvolvimento de métodos e sistemas de trabalho permitem às Ciências Sociais a produção de conhecimento objetivo.

Outra grande influência kantiana no pensamento weberiano é a noção de **tipo ideal**. Weber afirma que o pesquisador inicia sua investigação com categorias mais ou menos predefinidas. Elas são subjetivas e correspondem em parte com a realidade social. O tipo ideal funciona então como uma reunião de informações caóticas da realidade social em torno de um modelo compreensível, um conceito que mistura ideias que já temos com conhecimento que obtemos realizando a pesquisa.

Quando pesquisamos sobre **poder**, por exemplo, já fazemos uma ideia de como ele se manifesta, ou seja, temos um tipo ideal (ideia) na mente. Usando essa ideia, saímos por aí, buscando, na inesgotável fonte de conhecimento que é a sociedade, fenômenos que se relacionam com o tipo ideal que já possuímos. Isso não significa dizer que definimos como a realidade é a partir das ideias e nem que os fenômenos portam em si os conceitos que lhes atribuímos. Isso significa dizer que, a partir de uma categoria de compreensão da realidade, classificamos fenômenos complexos, possibilitando dar alguma ordenação ao caos.

Tudo bem, mas, o que fazemos?

Se fossemos reduzir Weber a um conceito (não vamos!), esse seria o conceito de ação social. Mas antes de explicar o que é ação social, precisamos explicar o que é relação social, porque as ações sociais ocorrem no interior delas. É relação social um tipo de conduta que atinge vários agentes e que se manifesta num aspecto de reciprocidade na orientação das ações, de acordo com o sentido destas. Ou seja, quando compartilhamos sentidos e orientamos nossas ações, um por causa dos outros, de acordo com esse sentido compartilhado, temos uma relação social.

Já as **ações sociais** são ações que têm como sentido outro indivíduo. Ou seja, são ações que ocorrem com uma expectativa, levando em consideração o efeito que causarão e se haverá uma reação do indivíduo (positiva ou negativa). Como não há como observar a sociedade como uma entidade descolada dos indivíduos, Weber defende que a unidade de análise social seja a ação. As normas, regras e padrões defendidos por Durkheim só são importantes se os indivíduos lhe atribuírem sentido, não tendo valor em si mesmos. Além disso, a ação social se diferencia de um simples comportamento ou atitude no interior da sociedade. Se saímos na rua e está chovendo, abrimos um guarda-chuva. Até aí nada demais. Mas se, ao abrirmos o guarda-chuva, mobilizamos como sentido dessa ação outra pessoa (sua mãe que, quando te vir todo molhado, dirá "já não te falei! Vai pegar uma gripe assim!", ou, ainda, se há a intenção de se abrigar com outra pessoa debaixo do guarda-chuva, com vistas à maiores desdobramentos), então temos uma ação social.

Weber afirma que há quatro tipos fundamentais de ação social, cruciais para entender a dinâmica social. Dois essencialmente não racionais e dois essencialmente racionais; são eles:

- **Ação afetiva:** relacionada a estados emocionais. Afetiva vem de afeto, que, por sua vez, remete a afetação. Sendo assim, não estamos usando o sentido comum que damos a palavra "afetiva" (que lembra carinho), e sim pensando em emoções de maneira geral (raiva, tédio, alegria, alívio, tristeza etc.). Comumente representa uma reação instantânea ou momentânea inserida em alguma situação inesperada (já que, desprevenidos, estamos mais suscetíveis a reagir não racionalmente).
- **Ação tradicional:** é a ação que se fundamenta em hábitos e costumes. Nela temos a reprodução de fenômenos sociais acriticamente. Ninguém se pergunta por que nos cumprimentamos por apertos de mãos ou beijos no rosto, só fazemos. Observamos então que as ações tradicionais são modos de agir já consolidados socialmente e que, mesmo tendo um motivo (ou sentido), essa dinâmica não representa uma reflexão sobre a motivação. É aquela ação que fazemos porque sempre foi assim.

- **Ação racional orientada a valores:** aqui padrões de comportamento, normas e regras são mobilizadas. No entanto, o indivíduo não está condicionado, existe uma reflexão sobre os motivos da ação e, principalmente, sobre suas consequências. Uma ação orientada a valores se baseia naquilo que compõe o conjunto de crenças do indivíduo, sua moralidade, valores dos quais ele não está disposto a abrir mão. Sendo assim, no cotidiano, pode ser fácil agir conforme nossos valores, mas um indivíduo que encare dilemas morais ou que coloque em xeque o aspecto pragmático de suas ações agirá orientado a valores, se escolher o caminho coerente com suas convicções, mesmo que seja o caminho mais difícil.
- **Ação racional orientada a fins:** o tipo ideal característico da modernidade capitalista. A utilidade das ações é superior a qualquer outro aspecto que apresente nessa modalidade, então seu objetivo é seu sentido. Estabelecendo racionalmente fins a serem alcançados, esse tipo de ação organiza e hierarquiza os meios necessários para esse fim, buscando eficiência no equilíbrio entre prós e contras. Se meu objetivo é passar no vestibular, e organizo meus estudos observando esse objetivo, estou agindo orientado a fins.

A contribuição weberiana para a Ciência Política

A definição de poder que encontramos no pensamento de Weber não é original, mas a forma como ele articula o poder à organização da sociedade, ao Estado e à modernidade é, e muito. Weber segue a noção realista de que o **poder é a capacidade de impor sua vontade a outra pessoa, fazendo com que ela se comporte tal qual seu desejo**. Essa definição não restringe que tipo de poder (e força) será usada, nem exige que haja obediência. A política se constitui então como a luta pela participação no poder ou por influência sobre sua repartição. Mas é claro que o poder repressivo e impositivo tem pouca chance de se manter por longos períodos, e é aí que a questão da obediência entra. Weber afirma que há tipos de exercício do poder legítimos e ilegítimos. O poder é legítimo quando é exercido com a aceitação daqueles submetidos a ele. Weber chama esse fenômeno de **dominação**.

A dominação é então um poder que encontra **obediência** do dominado, pelo reconhecimento da **autoridade** do dominante, o que confere legitimidade à relação. Mas esse processo de convencimento que leva à obediência não é tão simples, ele deve ser trabalho constantemente para garantir o exercício do poder e pode se manifestar de formas diferentes. Weber elenca três:

- **Dominação tradicional:** baseada no costume, quando obedecer se consolidou como um hábito e não é mais questionado. Na dominação tradicional parece estranho deixar de obedecer, a crença gira em torno de instituições passadas de geração a geração. A legitimidade é conferida por dogmas ou padrões de comportamento arraigados socialmente e inquestionados, como os das relações sociais feudais ou de fenômenos como o patriarcalismo ou coronelismo.
- **Dominação carismática:** está fundamentada na crença de que o líder que exerce o poder é dotado de qualidades extraordinárias. O líder é tão “fora da curva” que simplesmente não faz sentido deixar de obedecê-lo. Seja lá qual for o problema a ser enfrentado pelo grupo, o líder providenciará a melhor solução, pelas suas capacidades incomparáveis. Repare que se trata de uma crença. Nesse tipo de dominação, o que é necessário é que o líder convença seus liderados de suas habilidades e não que as demonstre constantemente. Pode ser que, por coincidência, em algum momento, o líder faça tal demonstração, o que não significa que ele realmente é portador de tais dotes.

- **Dominação racional-legal:** aqui temos uma dominação baseada num processo racional, que produz um conjunto de leis que regerá o exercício do poder. Mais uma vez, essa dominação se baseia numa crença, mas em um tipo de crença diferente. Compreendida como fruto da racionalidade da sociedade moderna, a lei se torna por excelência a norma que controlará a ação dos indivíduos. Somos convencidos de que seguir a lei é necessário para manter o tecido social e de que transgredi-la tem consequências negativas até para nós. Assim, mesmo que contra nossos interesses ou vontades, nos submetemos à dominação da lei, não porque essa é uma inspiração divina ou apresenta dotes sobrenaturais, mas porque é, supostamente, racional.

Weber afirma que a dominação racional-legal é típica das sociedades modernas e que é base da formação do Estado moderno. Ele também apresenta uma conceituação do que acredita ser o Estado moderno, conceituação já clássica da Ciência Política e muito utilizada até hoje. Para Weber, um Estado constitui uma relação de dominação entre homens, ou seja, relações sociais decorrem em seu interior, relações essas que são regidas por violência legítima monopolizada por esse Estado, dentro daquilo que declara ser seu território. Além disso, o Estado funciona como uma empresa, ou seja, é dotado da racionalidade típica da organização de um empreendimento capitalista, uma organização do tipo burocrática, uma administração de escritório regida por lógica, utilidade e eficiência.

Desenvolvimento do capitalismo

A obra mais famosa de Weber é *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, em que o pensador aponta os fatores sócio-históricos não exclusivos para a consolidação do capitalismo como modo de produção. Inicialmente o autor se dedicava a reflexões sobre a religião, e sua proposta era a de que a forma como a religião influencia na composição social explica, não exclusivamente, porque as sociedades ocidentais e orientais traçaram trajetórias históricas tão diferentes.

Observando características da moralidade ascética do protestantismo e sua afinidade com o espírito capitalista, Weber demonstra como essa interação permitiu a disseminação da racionalidade e suas consequências (Estado moderno, burocracia e o próprio capitalismo)

Weber estuda várias correntes filosófico-religiosas de diversas sociedades do mundo, como o confucionismo, o taoísmo, o hinduísmo, o budismo, o judaísmo antigo e religiões de menor expressão. Observando como essas religiões tensionam a sociedade, ele percebe que algumas delas defendem uma acomodação ao mundo, enquanto outras defendem uma fuga do mundo. Já o judaísmo antigo produz uma necessidade de dominação do mundo, uma religião de cunho prático e ético que inicia o processo de **desencantamento do mundo**.

Esse processo de desencantamento encontra na reforma protestante seu ponto mais alto, em que as normas de comportamento defendidas por essa religião se aproximam muito do pragmatismo e da eficiência exigida para o desenvolvimento do capitalismo. Mas que normas são essas?

Como sabemos, Lutero e Calvino dirigem críticas à Igreja Católica que extrapolam os aspectos teológicos. Um dos principais alvos de crítica é o aspecto econômico. Criticando como a Igreja se constitui como uma instituição mercantilizada, a exemplo da venda de indulgências, os reformadores também atacam o fato de a instituição condenar o sucesso econômico dos fiéis, defendendo que uma vida consagrada a Deus é uma vida pobre e penitente. Esses pensadores têm uma perspectiva pessimista da natureza humana (influenciados por Santo Agostinho) e acreditam que não há o que o ser humano possa fazer para encontrar a salvação. Apenas a graça divina pode salvar o homem. Também por influência de Agostinho, acreditam na **predestinação**, afirmando que Deus já decidiu quem será salvo. Mas, se nada pode ser feito para garantir minha salvação, por que me dedicar à prática religiosa? Problemão hein. No desenvolvimento da religião protestante, a

resposta está nos indícios. Não há como ter certeza da salvação, muito menos como conquistá-la, mas há como ter “dicas” de Deus. Se você acumula fracassos e não consegue seguir uma conduta considerada adequada, é muito pouco provável que você esteja de fora do paraíso. Mas se você prospera, se é respeitado e admirado, enfim, se você tem sucesso, então é bem provável que você esteja cheio da graça e da misericórdia divina. Se você foi escolhido por Deus, ele vai te proteger, inclusive de intempéries econômicas. Ter sucesso financeiro para os protestantes é um dos grandes sinais da salvação. Diferente do catolicismo, que defende uma vida de privação, inclusive condenando a usura, o protestantismo defende o sucesso, mesmo que submetido à continência. Aliás, esse é outro aspecto interessante do protestantismo. O sujeito moderado, casto, temente a Deus, não esbanja. Se tem sucesso econômico e não gasta, ele **acumula**. Ou seja, esse sujeito é responsabilizado pela sua salvação em algum grau, já que o que faz na vida dá indícios de sua salvação, o que torna a figura do indivíduo muito mais importante no protestantismo do que no catolicismo, e mais, um indivíduo prático e racional.

Essas características do padrão de comportamento protestante foram fundamentais para a ascensão do capitalismo. Esse indivíduo fica cada vez mais racional e prático, já que ter sucesso econômico é um sinal da salvação. Tornando-se cada vez mais eficiente na busca pelo lucro, o protestante se torna o capitalista por excelência. Gastar a grana que Deus deu? Nem pensar! Mesmo que não seja com atitudes pecaminosas, o melhor é guardar o dinheiro ou o direcionar para atividades que garantam mais lucro e ter uma vida casta, consagrada ao Senhor. Como Weber aponta, os países protestantes apresentam maior desenvolvimento do capitalismo no evento de seu surgimento (Inglaterra, EUA e Alemanha).

Afinidade, mas só por um tempo

Ocorre que o processo de **secularização** e **racionalização** das relações sociais sai do controle da religião. A ética protestante se descola de seus dogmas e passa a guiar o comportamento humano. Trabalhar e poupar deixam de ser o meio como as pessoas vivem para se tornar o fim. Além disso, essa visão cada vez mais racional acaba por desmistificar o mundo. Não se trata mais de uma sociedade organizada por crenças religiosas, mas de uma sociedade secularizada.

A reforma e sua proposta de responsabilização do homem têm um caráter bem mais racional, bem menos dependente de rituais para o exercício da fé, distantes da liturgia católica. No catolicismo e até no luteranismo, a salvação vinha através de ritos, os sacramentos. Já seitas puritanas da reforma defendiam o trabalho ascético e a disciplina moral como indícios da Graça. Só que a religião está baseada em ações sociais não racionais, enquanto o capitalismo se fundamenta na racionalidade e na utilidade. Se consolidando como modo de organizar o trabalho e a vida, o capitalismo enfraquece as religiões, promovendo a burocratização e a especialização. Precisamos estar organizados e disciplinados para sermos eficientes. É o **desencantamento do mundo**, afinal.

Profissionais do mundo moderno

Falando sobre a profissionalização e a especialização no mundo moderno, Weber apresenta uma análise sobre duas atividades das quais foi muito íntimo: ciência e política. Além de um notável pesquisador e professor, Weber atuou como consultor do Estado na redação da constituição de Weimar. A **profissão** tem origem na noção de **vocação** luterana, que afirma que todos temos uma missão dada por Deus. Como o trabalho e o sucesso econômico ganham grande relevância no protestantismo, estes se confundem com a noção de vocação. Assim, não se dedicar a uma profissão, ou uma atividade útil, torna-se uma afronta a Deus. Quando a profissão encontra a vocação, a relação entre as duas constitui contradições. Como observado por Weber, tanto a política quanto a ciência encontram problemas na remuneração de seus profissionais. Para ele, é contraditório que um indivíduo dependa da remuneração que recebe de sua atividade política, já que

isso condicionaria sua atuação na disputa pelo poder e prejudicaria seu julgamento ante problemas de âmbito político. Já o cientista estaria condicionado a uma lógica produtivista, comumente obrigado a ocupar as funções de pesquisador e professor (o que é virtualmente impossível para o autor), abrindo espaço para pessoas não capacitadas e indivíduos que se dedicam a atividades para as quais não são vocacionados. Além do que, um cientista remunerado estará submetido ao direcionamento de sua remuneração e não à sua intuição, curiosidade e criatividade científicas.

Baixe [aqui](#) o ppt utilizado em aula.

Exercícios



1. Segundo Gilberto Freyre, em Casa-Grande e Senzala o pater familias brasileiro, como seu similar da Antiguidade Clássica, seria todo-poderoso; por outro lado, não buscaria a vida ativa, mas, do mesmo modo que o indivíduo do capitalismo moderno, a proteção de sua propriedade e da política é, de certa forma, híbrida em relação a Aristóteles e a John Locke.

(RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda, 2007. p. 87)

Segundo Max Weber, a transferência do poder internacional dos reinos ibéricos -Portugal e Espanha - para a Holanda e a Inglaterra, ocorrida na passagem do século XVI para o século XVII, deveu-se ao fato de estes países terem

- a) contestado a interferência do Estado na economia e defendido a ideia de que era necessária a conciliação entre o capital e o trabalho para que a economia pudesse crescer nesses países.
- b) expulsado, pela inquisição, a comunidade judaica que possuía capital e impedia a criação de grupos capazes de diversificar investimentos e criar novos modos de produção.
- c) adotado práticas econômicas que alimentavam o poder do Estado, com concessão de monopólios, protecionismo e privilégios a determinados grupos que defendiam a livre concorrência.
- d) restaurado o absolutismo, as suas políticas expansionistas e dissolvido os parlamentos controlados por uma nobreza conservadora e ociosa que impedia a acumulação capitalista.
- e) aderido à Reforma Protestante onde a burguesia encontrou o respaldo ideológico-religioso que garantiu a consolidação do capitalismo e acelerou o seu desenvolvimento.



2. O intelectual alemão Max Weber (1864-1920), reconhecido como um dos principais autores clássicos da Sociologia, considerou as organizações na sociedade moderna como um indício da contínua racionalização da vida cotidiana. Com base nessa análise do sociólogo clássico, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) As pessoas formam grupos sociais homogêneos, integrados uniformemente na sociedade contemporânea.
- b) A ação racional, presente nas organizações sociais, é orientada para fins claramente estabelecidos, em que os métodos da burocracia expressam os meios mais eficazes para alcançar os fins de maneira racional.
- c) As organizações sociais expressam uma união de interesses racionalmente motivados, tendo em vista um determinado fim.
- d) Os indivíduos ingressam na organização e deixam-na; são contratados ou demitidos, aceitos ou expulsos, mas a organização pode persistir.

3. Considerando as contribuições de Max Weber ao pensamento sociológico, assinale o que for correto:
- (01) Ao estudar o protestantismo nos Estados Unidos, Weber observou o desenvolvimento de uma forma ideal de sociedade que soube valorizar o trabalho e criar um país perfeito para se viver.
 - (02) Segundo Weber, o papel da Sociologia não é o de compreender e explicar a ação social, mas o de interferir politicamente na sociedade para reduzir a violência e a pobreza.
 - (04) A Sociologia de Weber procura incluir o papel do indivíduo e a importância da ação social na compreensão da sociedade.
 - (08) Conforme Weber, as sociedades modernas vivenciaram processos de desencantamento e processos de racionalização do mundo, que modificaram a organização das relações de poder.
 - (16) Para Weber, o fim da religiosidade nas sociedades modernas é o resultado da degeneração moral das pessoas, que só pensam no lucro e deixam de se preocupar com causas sociais.

Soma: ()

4. O fragmento abaixo foi retirado do livro *O que é Sociologia?* e refere-se ao pensamento do sociólogo Max Weber.

A Sociologia por ele [Max Weber] desenvolvida considerava o indivíduo e a sua ação como ponto chave da investigação. Com isso, ele queria salientar que o verdadeiro ponto de partida da sociologia era a compreensão da ação dos indivíduos e não a análise das “instituições sociais” ou do “grupo social”, tão enfatizadas pelo pensamento conservador. Com essa posição, não tinha a intenção de negar a existência ou a importância dos fenômenos sociais, como o Estado, a empresa capitalista, a sociedade anônima, mas tão somente a de ressaltar a necessidade de compreender as intenções e motivações dos indivíduos que vivenciam estas situações sociais. A sua insistência em compreender as motivações das ações humanas levou-o a rejeitar a proposta do positivismo de transferir para a Sociologia a metodologia de investigação utilizada pelas ciências naturais. Não havia, para ele, fundamento para essa proposta, uma vez que o sociólogo não trabalha sobre uma matéria inerte, como acontece com os cientistas naturais [...]. Vivendo em uma nação retardatária quanto ao desenvolvimento capitalista, Weber procurou conhecer a fundo a essência do capitalismo moderno. Ao contrário de Marx, não considerava o capitalismo um sistema injusto, irracional e anárquico. Para ele, as instituições produzidas pelo capitalismo, como a grande empresa, constituíam clara demonstração de uma organização racional que desenvolvia suas atividades dentro de um padrão de precisão e eficiência.

(MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia?* São Paulo: Brasiliense, 2011. p. 69 e p. 72. Coleção Primeiros Passos.)

Com base nos conhecimentos sociológicos, caracterize a Sociologia na perspectiva weberiana, discorrendo sobre os aspectos relevantes dessa perspectiva apontados no texto-base.

5. Em *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, o sociólogo alemão Max Weber expõe conceitos como carisma, estamento burocrático, tipos de dominação legítima etc. Já *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, de Raymundo Faoro, fundamenta-se, em boa parte, em Weber, e realiza amplo estudo sobre a formação dos grupos dominantes no Estado brasileiro, vendo-os como frutos do Estado português. Faoro procura demonstrar como isso se mantém arraigado na cultura política do País e como os traços patrimonialistas de nossa formação sobrevivem ao tempo. Essa obra abrange desde a época dos reis de Portugal, no século XIV, até a presidência de Getúlio Vargas, nos anos 1950.
- a) Aponte três fatores que caracterizam o patrimonialismo como ocorrência mais comum dentro do tipo de dominação legítima tradicional.
 - b) Apresente a definição weberiana para os três tipos de dominação legítima.

Gabarito

1. E

Weber atribui aos padrões de comportamento disseminados pelo protestantismo um modo de vida compatível com o espírito capitalista. Valorização do trabalho e do sucesso econômico, ascese, moderação, eficiência e racionalidade são algumas das características que permitem à ética protestante ser o moto do capitalismo.

2. A

A alternativa **A** é incorreta. Os grupos sociais não integram as pessoas de maneira uniforme na sociedade contemporânea, exatamente como afirma a alternativa **D**.

3. **04 + 08 = 12**

Somente as afirmativas **04** e **08** estão corretas. A afirmativa **01** está incorreta porque em nenhum momento Weber considerou os Estados Unidos como exemplo de país perfeito. A afirmativa **02** está incorreta porque, para ele, o papel da Sociologia era justamente o de compreender e explicar a ação social. Já a afirmativa **16** está incorreta porque Weber não procurava fazer um julgamento moral individual, mas compreender processos sociais.

4. A sociologia weberiana tem no indivíduo o seu ponto principal de análise. Assim, o autor sempre procura compreender o sentido da ação individual no contexto em que ela se insere. O seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* é um grande ensaio desse tipo de proposta analítica, em que outra preocupação de Weber está bastante presente: a busca por compreender o processo de racionalização da sociedade, que se dá de forma bastante marcante com a consolidação da empresa capitalista.

5.

a) Na sociedade em que predomina o patrimonialismo, ou relações patrimonialistas, geralmente existe a utilização de grande aparato estatal, o que justifica o excessivo número de servidores, a contratação de funcionários pelo líder/governante numa troca de favores, e os bens públicos são usados muito mais em benefício do líder/governante e de seu grupo do que da população.

b) As três definições são:

Dominação legítima tradicional: definida pela tradição ou costume de se obedecer, de modo eterno e inconteste, ao governante;

Dominação legítima carismática: definida pela obediência do dominado aos poderes supostamente mágicos, extraordinários ou personalistas do líder/governante;

Dominação legítima racional-legal: definida pela obediência aos governantes que se dá pela crença na legalidade das ordens, na impessoalidade do cargo, no direito e nas leis instituídas.

Período Helenista

Teoria

Éticas helenísticas

Durante o período helenístico, marcado pela expansão do império macedônico, houve uma grande interação cultural entre os povos da cultura grega clássica e dos povos orientais, todos submetidos às conquistas de Alexandre Magno (Alexandre, o Grande).

No campo filosófico, as academias dos grandes filósofos sistemáticos continuaram em atividade, mas novas doutrinas surgiram dessa conjuntura. Um dos grandes fatores que interferiu no pensamento filosófico foi o fim da autonomia das cidades-Estado gregas, limitando o desenvolvimento do pensamento ligado à participação dos indivíduos nas decisões políticas.

No entanto, o pontapé antropológico dado por Sócrates continuou influenciando a produção de conhecimento e os pensadores da época continuaram voltados a questões humanas. Assim as doutrinas desse período se caracterizam por discutirem o comportamento humano, apresentando questões como “o que fazer para alcançar a felicidade” ou “como alcançar a paz ou imperturbabilidade”. Por essa característica essas correntes são consideradas linhas éticas.

Vamos comentar agora sobre as principais linhas desse pensamento que chamamos de filosofia helenística.

Epicuro: ser feliz é ter prazer

A questão da felicidade não era inédita para os gregos. A ética teleológica de Aristóteles também pode ser chamada de eudaimonismo, termo que se refere ao bem-estar e à felicidade. Mas foi com os pensadores helenistas que o tema se tornou central. Epicuro, por exemplo, defendia que a felicidade só seria alcançada pelo prazer. Para tal, era preciso alcançar o estado de **ataraxia** (tranquilidade, imperturbabilidade) e o de **aponia** (ausência de dor e sofrimento físico).

A felicidade era resultado da satisfação dos desejos. O caminho para a felicidade passa então pelos sentidos, pelas satisfações, pelo prazer. O ser humano é matéria e a boa interação com o mundo causa a boa sensação. O pensador interpreta a natureza humana e percebe em todos nós a fuga da dor e a busca pela satisfação. Assim ele afirma que é necessário criar as condições necessárias, materiais, sociais, psicológicas, para ter uma boa vida. Essas condições seriam criadas seguindo o método proposto pela doutrina epicurista, mas em que consiste?

Afastar-se das crenças

Preocupações de cunho religioso ou mítico, além de superstições, produzem angústia. Muitas religiões inspiram sensações como medo, culpa, angústia, incerteza, ansiedade etc. Os gregos, por exemplo, temiam perturbar a fúria dos deuses e serem punidos, característica constante da mitologia dessa cultura. Outras culturas também têm concepções mitológicas baseadas em deuses punitivos e vingativos.

Epicuro defende uma visão materialista da existência, seguindo a linha atomista. Para ele, até a alma humana é matéria. Se todas as pessoas compreendessem isso, sentiriam menos angústia, pois entenderiam que as forças que agem sobre a matéria são indiferentes à vontade ou destino humanos. O que nos ocorre é resultado do movimento aleatório dos átomos, não consequência do mau humor dos deuses.

Além disso, como pensa a existência integrada pela matéria, Epicuro compreende a morte como uma passagem de um estado da matéria para o outro. A morte não é uma sensação ruim, mas o fim das sensações. Como o sofrimento está conectado com as sensações e, para o pensador, a felicidade é essencialmente ausência de sensações ruins, Epicuro não enxerga a morte como algo ruim ou negativo. Assim, sua concepção materialista também elimina a angústia do medo da morte. Não devemos nos preocupar com a morte, pois ela está no futuro e, quando ela estiver no presente, nós teremos ficado no passado.

Ser comedido em relação aos desejos

Apesar de defender uma ética do prazer, Epicuro afirma que eles devem ser controlados ou eliminados. Desejar muito, nutrir esperanças, ter grandes expectativas gera angústia e amplia as possibilidades de frustração. Assim, a ética epicurista defende a satisfação dos desejos de maneira hierarquizada, conforme a classificação que segue:

- **Naturais e necessários:** desejos básicos, muitas vezes ligados às nossas funções fisiológicas, como dormir, comer, beber etc.;
- **Naturais e desnecessários:** algo como uma extensão dos primeiros desejos, uma complexificação. No caso de comer, dispor de alimentos bem elaborados e refinados. No caso de dormir, ter uma boa cama, com lençóis de luxo etc.;
- **Não naturais e desnecessários:** um distanciamento das necessidades humanas tão grande que distorce nossa própria condição. São desejos como riqueza, poder, prestígio, influência etc.

Podemos perceber então que a escola epicurista propõe uma vida regrada, comedida. Para Epicuro “há quem não basta pouco, nada basta”. Com a expectativa vem a decepção. Não se trata de não ter nunca de não participar de um grande banquete, mas de ter em mente que ele não poderá ser realizado todos os dias.

Ser racional e precavido

Há, na proposta epicurista, uma hierarquia entre desejos. Para saber qual deles é superior é necessário ser crítico e prudente. Os prazeres mais duradouros e que afetam o espírito, ligados ao intelecto, estão em melhor posição. Uma boa conversa, a contemplação das artes, uma boa amizade são exemplos de prazeres que elevam a alma. Outros prazeres, ligados à paixão, intensos e efêmeros, perdem seu sentido rapidamente e devem ser evitados.

Com essa hierarquia em mente as pessoas devem julgar a que se dedicarão, como levarão suas vidas, buscando evitar os prazeres advindos de desejos inferiores, que trazem infelicidade. Assim alcançamos a **autarquia** (autarkeia) a autonomia em relação aos desejos e prazeres em que governamos nossa própria vida. Só assim a ataraxia e a aponia são alcançadas.

Estoicismo: A inevitabilidade do destino

Para quem conhece ditados populares, há um que retrata bem o pensamento estoico: “O que não tem remédio, remediado está”. A perspectiva estoica apresenta um caminho diferente para a felicidade. Zenão de Cítio foi o criador dessa corrente que acredita que é feliz aquele que compreende e aceita a ordem cósmica.

A questão cosmológica influencia profundamente o pensamento estoico e seu método é baseado no princípio de que tudo segue uma lógica racional. Como se alcança a felicidade no estoicismo?

Primeiro: Entender a lógica do universo

Os estoicos defendiam o universo como kósmos, uma existência ordenada e harmoniosa que segue uma lógica que age sobre a matéria. Assim a matéria tem uma natureza passiva, se sofre a ação, e essa racionalidade que guia o universo forma um princípio ativo, conhecido por logos. Esse princípio que permite compreender o universo como uno e ordenado, pois permeia toda a existência.

Esse princípio, para os estoicos, tem um caráter divino e era denominado como **providência**. Ele rege a realidade e está em tudo que existe. Sendo assim, é possível afirmar que tudo está integrado por um desencadeamento lógico e racional, uma ordem que atravessa e guia toda a existência. Se todos os eventos estão conectados e se o decorrer desses eventos é ordenado, então tudo que nos ocorre segue essa linha. A vida de cada um está predeterminada, temos um destino definido.

O que é bom é racional, afirmação que sustenta a superioridade da ordem cósmica frente às nossas vontades e desejos. Tudo que acontece então segue a bondade intrínseca à ordem que governa o universo. O todo então tem precedência sobre o individual. O que acontece, acontece por um motivo.

Segundo: Força da vontade

Se fôssemos felizes ao realizar nossos desejos, nunca seríamos felizes. Isso porque essa ordem cósmica não pode ser alterada e segue seu curso alheia à nossa vontade. Basta um desvio entre o que queremos e o que está definido pelo logos para ficarmos frustrados.

Isso não quer dizer que não devemos trabalhar em prol daquilo que queremos. Para o estoicismo, há coisas que dependem de nós e coisas que não dependem. Naquilo que está ao nosso alcance, devemos trabalhar de acordo com a compreensão da ordem cósmica que temos.

Além disso, a vontade é fundamental. Se eu mantiver o foco naquilo que consigo controlar, então é mais fácil ser feliz. Se minha vontade for construída em direção ao que está ao meu alcance então não me frustrarei. Sobre o que não posso controlar, não faz sentido me queixar, muito menos me esforçar para alcançar. Devemos ser indiferentes.

Terceiro: Focar na conduta e no pensamento

Os estoicos defendem que há uma forma de classificar os fatos e eventos conforme essa compreensão, da seguinte forma:

- **Coisas boas:** aquilo que está ao nosso alcance e a que devemos nos dedicar ou desenvolver, como, por exemplo, virtudes.
- **Coisas más:** são vícios de comportamento e de pensamento, aquilo que nos direciona para a frustração e infelicidade.
- **Coisas indiferentes:** aquilo que está além da nossa capacidade de controle. Preocupar-se com essas coisas nos afastará do caminho da felicidade.

Então temos como fonte de infelicidade tanto a preocupação com coisas indiferentes quanto a aproximação a coisas más. Esse tipo de conduta leva a um mau uso da razão, a paixão, que nos distancia da felicidade. O principal objetivo da ética estoica é dominar as paixões pelo controle da conduta e do pensamento, impedindo que nos aproximemos e nos preocupemos com o que é indevido.

É sábio, e feliz, quem compreende a ordem cósmica orientada pelo logos e age conforme suas exigências. Afastando-se das paixões e fazendo bom uso da razão, o sábio alcança um estado de imperturbabilidade (**ataraxia**) e de ausência de paixões (**apatia**), o que consequentemente leva à felicidade.

Amor fati

A postura apresentada até aqui é uma postura de felicidade negativa, pois é marcada pela ausência. É uma negação daquilo que nos torna infelizes. Mas existe uma proposta diferente entre a corrente estoica, que pode ser chamada de positiva. Essa proposta é a do amor fati, o amor pelo destino, ou pelos fatos.

Dizemos ser amor fati uma compreensão do decorrer do destino que leva a concepção de que tudo o que ocorre é bom. E o logos é racional e tudo que é racional é bom, então tudo que me ocorre é bom. Amor fati é então uma aceitação dos acontecimentos e a percepção de que tudo tem um sentido, mesmo que não possamos compreender de imediato, pois tudo faz parte da ordem universal. Para além disso, é necessário não apenas aceitar o destino, mas o desejar, amar o que lhe acontece porque isso é parte do princípio universal que rege a existência.

Como vimos antes, de acordo com o estoicismo, tudo é animado pelos princípios racionais que governam o universo, de tal maneira que tudo o que acontece e não depende de mim é bom. Mesmo a morte de um ente querido, por exemplo, deve ser tomada como um acontecimento bom, no sentido de que faz parte da ordem universal. Se desejares o seu destino poderás ser feliz.

Pirronismo (ceticismo): A suspensão do juízo

O Pirronismo é uma escola filosófica cética baseada nas doutrinas propostas por Pirro de Élide. Essa corrente defendia que tudo é incerto e que nenhum argumento tem um valor de verdade absoluto, ou seja, qualquer argumento pode ser contestado.

Sua proposta se fundamenta na **epokhé**, a suspensão do juízo, já que não se pode ter certeza de nada. Não há razão para qualquer julgamento se, no final, não conseguiremos alcançar a verdade. Aceitar essa condição, desfrutar do imediato aparente e sensível e suspender o juízo seria o caminho para a felicidade.

Qualquer afirmativa, proposição ou ideia que não seja imediatamente evidente é alvo de dúvida para o pirronismo. Numa atitude lógica, esses pensadores afirmavam que a falta de provas de um fato não significa afirmar o oposto. Não se trata então de um dogmatismo negativo, em que o que não é provado é excluído das possibilidades de existir. Enquanto afirmar que Deus não existe porque não podemos provar sua existência seria uma forma de dogmatismo (mas um dogmatismo do “não”) o ceticismo propõe suspender qualquer afirmação com caráter de certeza. Veja bem, afirmar que Deus existe ou não incorre em ter certeza sobre um assunto. O ceticismo, ou pirronismo, prefere “afirmar” a não afirmação. Por que nos preocupamos em buscar provar a existência de Deus, se isso não é possível?

O pirronismo, assim como as outras doutrinas helenísticas, se caracteriza por sua proposta prática. Vejamos o que inclui seu método para uma abordagem da vida.

Não fazer quaisquer julgamentos

Já comentamos que o pirronismo prevê a suspensão do juízo. Esse é o ponto mais importante do comportamento de um cético. Não julgar coisa alguma, nenhuma afirmação ou negação que carregue uma certeza sobre fatos, ideias, seres ou coisas, pois não somos capazes de alcançar a verdade. Essa postura é clara no pensamento sofista, de grande influência na doutrina cética. Górgias, por exemplo, afirmava que “O ser não existe; se existisse, não poderia ser conhecido; mesmo que fosse conhecido, não poderia ser comunicado a ninguém”.

Nossas verdades são contextuais

Tudo aquilo que afirmamos ser verdade está envolvido numa teia de acontecimentos que nos condiciona, nos direciona. É assim que dois indivíduos podem concluir que fatos ou ideias exatamente opostas são verdade absoluta. Deveres, valores e padrões de comportamento são convenções sociais que, para nós hoje em dia, são compreendidas como tal. Mas, no período de Pirro, quando os sistemas filosóficos afirmavam que a organização política era natural para o ser humano, esse tipo de questionamento não era tão óbvio.

Também vemos a relação entre o pensamento sofista e o pensamento cético no caso de Trasímaco, citado num diálogo de A República de Platão, que julgava ideias como justiça e bem como fruto das convenções humanas, ao contrário de Sócrates que afirmava que essas ideias existem e são importantes.

Devemos filtrar a realidade

A existência material e os sentidos têm grande importância para os pirronistas. Segundo eles, devemos buscar separar aquilo que percebemos através dos sentidos e os motivos que fazem acontecer o que percebemos. Isso porque não temos como conhecer o que faz os fenômenos, suas causas. Nossa capacidade intelectual é limitada e não poderíamos compreender, nem comunicar, quaisquer que sejam essas motivações. Então, por essa proposta, não devemos abandonar nossa razão, mas nosso juízo. Ou seja, conhecer os fenômenos não é dispensável, mas somente tentar compreender sua raiz, seu motivo, algo que está além da nossa compreensão.

Indiferença

Percebemos que a indiferença é uma constante nas correntes filosóficas helenísticas. Para o pirronismo, ela é alcançada pela suspensão do juízo. Assim, a **ataraxia** que permite uma vida feliz ocorre. Preocupar-se com aquilo que não podemos conhecer é contraproducente, pois o resultado da busca pela verdade é inútil e não traz nada de bom.

Cinismo

A figura mais proeminente do cinismo foi **Diógenes de Sinope**, mas não se sabe quem foi seu fundador. É comum que a fundação dessa escola filosófica seja atribuída a **Antístenes de Atenas**, discípulo de Sócrates. A conexão com o pensamento socrático e o cinismo está no desprezo por convenções e conhecimentos do senso comum, tradições e costumes que não passam por crítica e reflexão.

Também não há consenso sobre a origem do termo cinismo. Alguns afirmam que Antístenes atuava no Ginásio Cinosarge, de onde teria saído o nome. Outros dizem que o nome se originou da semelhança entre o modo de vida dos cães (do grego *kynos*) e o dos cínicos que, inclusive, usavam esses animais como exemplo de pregação de modo de vida.

O cinismo é um estilo de vida radical que confronta tanto as tradições e convenções sociais quanto outras correntes filosóficas. A prática cínica é uma prática desconectada da moral convencional. Do ponto de vista comum, os cínicos eram despudorados: Davam conta de suas necessidades fisiológicas em público, não se vestiam, não preparavam seus alimentos, enfim, não seguiam quaisquer regras sociais de etiqueta. Também desprezavam o trabalho e a aquisição de bens além de prestígio social.

Os representantes do cinismo não ministravam aulas e não organizavam sistemas de ensino, mas a relação entre mestre e discípulo confere o caráter escolar da doutrina. Como defendiam uma total suspensão do apego às questões morais e à construções teóricas, os cínicos não se baseavam num arcabouço teórico, independente do tema. Conta-se que, ao ouvir de Platão que o homem é um bípede sem penas, Diógenes depenou um galo e o jogou ao filósofo, afirmando: "Eis aqui o seu homem". Sem nenhuma argumentação teórica, Diógenes demonstra a importância do que no futuro se chamaria de conceito.

A filosofia cínica é ética por criticar o comportamento humano e oferecer uma proposta de estilo de vida. É uma radicalização da liberdade, livre, inclusive, da vaidade e luxo presentes na sociedade. É famosa a anedota do encontro entre Diógenes e Alexandre Magno. Conhecendo a fama do filósofo, Alexandre perguntou-lhe o que queria, com a ideia de suprir suas necessidades. Como resposta recebeu: "Quero que saia da frente do meu sol". Na presença do líder do Império, Diógenes demonstrou todo o desprendimento em relação aos bens

materiais e ao prestígio social do cinismo, evidenciando sua imperturbabilidade. Essa imperturbabilidade só é alcançada pela autarquia (**autarkeia**). Para os cínicos, a felicidade só é possível por esse caminho.

Vivendo de uma maneira simples num império em plena expansão, Diógenes demonstrava seu desapego às convenções relacionadas à naturalidade, ao local de nascimento. Quando perguntado sobre sua cidadania ele se afirmava “cosmopolita”. Morando num barril, era comum ver Diógenes pedindo dinheiro a estátuas. Quando questionado sobre o porquê de pedir esmolas a seres inanimados, ele respondia que elas eram duplamente cegas, não enxergavam e não tinham olhos. Assim ele treinava a recusa de esmolas, pedindo para quem não podia lhe dar nada, para não ficar aborrecido.

Exercícios de vestibulares



1. Sobre a ética na Antiguidade, é CORRETO afirmar que
- a) o ideal ético perseguido pelo estoicismo era um estado de plena serenidade para lidar com os sobressaltos da existência.
 - b) os sofistas afirmavam a normatização e verdades universalmente válidas.
 - c) Platão, na direção socrática, defendeu a necessidade de purificação da alma para se alcançar a ideia de bem.
 - d) Sócrates repercutiu a ideia de uma ética intimista voltada para o bem individual, que, ao ser exercida, se espargiria por todos os homens.



2. “Acostuma-te à ideia de que a morte para nós não é nada, visto que todo bem e todo mal residem nas sensações, e a morte é justamente a privação das sensações. A consciência clara de que a morte não significa nada para nós proporciona a fruição da vida efêmera, sem querer acrescentar-lhe tempo infinito e eliminando o desejo de imortalidade. Não existe nada de terrível na vida para quem está perfeitamente convencido de que não há nada de terrível em deixar de viver. É tolo, portanto, quem diz ter medo da morte, não porque a chegada desta lhe trará sofrimento, mas porque o aflige a própria espera.”

(Epicuro, Carta sobre a felicidade [a Meneceu]. São Paulo: ed. Unesp, 2002, p. 27. In: COTRIM, G. Fundamentos da Filosofia. SP: Saraiva, 2006, p. 97).

A partir do trecho citado, é correto afirmar que

- (01) A morte, por ser um estado de ausência de sensação, não é nem boa, nem má.
- (02) A vida deve ser considerada em função da morte certa.
- (04) O tolo não espera a morte, mas vive apoiado nas suas sensações e nos seus prazeres.
- (08) A certeza da morte torna a vida terrível.
- (16) A espera da morte é um sofrimento tolo para aquele que a espera.

Soma: ()

3. O Período Helenístico inicia-se com a conquista macedônica das cidades-Estado gregas. As correntes filosóficas desse período surgem como tentativas de remediar os sofrimentos da condição humana individual: o epicurismo ensinando que o prazer é o sentido da vida; o estoicismo instruindo a suportar com a mesma firmeza de caráter os acontecimentos bons ou maus; o ceticismo de Pirro orientando a suspender os julgamentos sobre os fenômenos. Sobre essas correntes filosóficas, assinale o que for correto.
- (01) Os estoicos, acreditando na ideia de um cosmo harmonioso governado por uma razão universal, afirmaram que virtuoso e feliz é o homem que vive de acordo com a natureza e a razão.
- (02) Conforme a moral estoica, nossos juízos e paixões dependem de nós, e a importância das coisas provém da opinião que delas temos.
- (04) Para o epicurismo, a felicidade é o prazer, mas o verdadeiro prazer é aquele proporcionado pela ausência de sofrimentos do corpo e de perturbações da alma.
- (08) Para Epicuro, não se deve temer a morte, porque nada é para nós enquanto vivemos e, quando ela nos sobrevém, somos nós que deixamos de ser.
- (16) O ceticismo de Pirro sustentou que, porque todas as opiniões são igualmente válidas e nossas sensações não são verdadeiras nem falsas, nada se deve afirmar com certeza absoluta, e da suspensão do juízo advém a paz e a tranquilidade da alma.

Soma: ()

4. Nas suas Meditações, o filósofo estoico Marco Aurélio escreveu:

“Na vida de um homem, sua duração é um ponto, sua essência, um fluxo, seus sentidos, um turbilhão, todo o seu corpo, algo pronto a apodrecer, sua alma, inquietude, seu destino, obscuro, e sua fama, duvidosa. Em resumo, tudo o que é relativo ao corpo é como o fluxo de um rio, e, quanto à alma, sonhos e fluidos, a vida é uma luta, uma breve estadia numa terra estranha, e a reputação, esquecimento. O que pode, portanto, ter o poder de guiar nossos passos? Somente uma única coisa: a Filosofia. Ela consiste em abster-nos de contrariar e ofender o espírito divino que habita em nós, em transcender o prazer e a dor, não fazer nada sem propósito, evitar a falsidade e a dissimulação, não depender das ações dos outros, aceitar o que acontece, pois tudo provém de uma mesma fonte e, sobretudo, aguardar a morte com calma e resignação, pois ela nada mais é que a dissolução dos elementos pelos quais são formados todos os seres vivos. Se não há nada de terrível para esses elementos em sua contínua transformação, por que, então, temer as mudanças e a dissolução do todo?”

Considere as seguintes afirmativas sobre esse texto:

- I. Marco Aurélio nos diz que a morte é um grande mal.
- II. Segundo Marco Aurélio, devemos buscar a fama, a riqueza e o prazer.
- III. Segundo Marco Aurélio, conseguindo fama, podemos transcender a finitude da vida humana.
- IV. Para Marco Aurélio, a filosofia é valiosa porque nos permite compreender que a morte é parte de um processo da natureza e assim evita que nos angustiemos por ela.

V. Para Marco Aurélio, só a fé em Deus e em Cristo pode libertar o homem do temor da morte.

VI. Para Marco Aurélio, o homem participa de uma realidade divina.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e V estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas IV e VI estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Somente a afirmativa IV está correta.

5. Os deuses de fato existem e é evidente o conhecimento que temos deles; já a imagem que deles faz a maioria das pessoas, essa não existe: as pessoas não costumam preservar a noção que têm dos deuses. Ímpio não é quem rejeita os deuses em que a maioria crê, mas sim quem atribui aos deuses os falsos juízos dessa maioria. Com efeito, os juízos do povo a respeito dos deuses não se baseiam em noções inatas, mas em opiniões falsas. Daí a crença de que eles causam os maiores malefícios aos maus e os maiores benefícios aos bons. Irmanados pelas suas próprias virtudes, eles só aceitam a convivência com os seus semelhantes e consideram estranho tudo que seja diferente deles.

EPICURO. *Carta sobre a felicidade (a Meneceu)*. Trad. de A. Lorencini e E. del Carratore. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p. 25-27.

Com base na leitura desse trecho e considerando outros elementos contidos na obra citada, explique em que medida a representação que se faz dos deuses influencia na busca da felicidade.

Gabaritos

1. A

O estoicismo compreende a existência como uma dinâmica integrada. Assim a sua percepção sobre matéria e até o que chamamos hoje de física segue uma regra, uma ordem determinada e necessária. Trabalhando a ideia de destino como inevitável, porém compreensível, essa corrente ética busca se afastar de certas características da vida que são consideradas más ou incontroláveis, como as paixões ou o que nos leva ao desejo do que não podemos alcançar. O objetivo final, tólos do estoicismo é alcançar um estado de completa indiferença ao inevitável, um estado de aceitação e desejo do destino.

2. $01 + 16 = 17$

O pensamento de Epicuro é marcado pela identificação do bem soberano com o prazer, todavia não se pode derivar dessa relação à liberação para uma vida dos prazeres. Os epicuristas determinavam que a felicidade se encontra em uma vida regrada definida segundo uma inteligência prática capaz de ter as paixões como normais, e não como inimigas.

3. $01 + 02 + 04 + 08 + 16 = 31$

Todas as afirmativas estão corretas. Estoicismo, epicurismo e ceticismo são correntes filosóficas que fazem parte daquela que é também chamada de filosofia cosmopolita. Nesse período, a filosofia enraizou-se no platonismo e no aristotelismo, de modo que a sua preocupação central era encontrar a felicidade (eudaimonia) mediante a atividade racional, por isso há um grande interesse pelas questões éticas.

4. C

Ao contrário do que diz I, Marco Aurélio nos manda “aguardar a morte com calma e resignação, pois ela nada mais é que a dissolução dos elementos pelos quais são formados todos os seres vivos”. Diferente do que dizem II e III, o filósofo estoico nos diz para “transcender o prazer e a dor”. Diferente do que diz V, Marco Aurélio não era cristão.

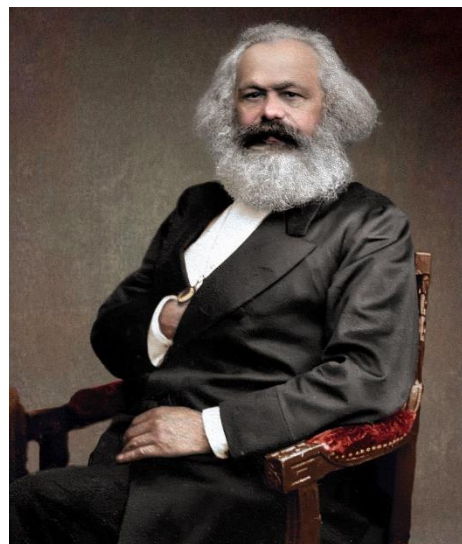
5. Segundo a filosofia epicurista, o homem chega à felicidade por meio da ataraxia, que corresponde ao estado de tranquilidade da alma. Tal estado só é possível de ser alcançado se os homens deixam de temer a morte e os deuses. Uma vez que os deuses são indiferentes aos homens e existem somente em uma dimensão que não pode influenciá-los, a falsa crença de que os deuses “causam os maiores malefícios aos maus e os maiores benefícios aos bons”, cria no homem um estado de angústia, que o impede de chegar à ataraxia.

Marx e seus conceitos

Teoria

Quem foi?

Karl Henrich Marx nasceu na Prússia, na cidade de Trier, em 1818, e morreu em Londres, Inglaterra, em 1883. Era de origem judaica. Tornou-se um dos filósofos mais notáveis da história, por sua crítica ao sistema capitalista, sendo influenciado por três grandes correntes de pensamento: o idealismo alemão (com destaque para Hegel), a economia política clássica (sobretudo Adam Smith) e a historiografia de socialistas (como Saint-Simon, que foi professor de Comte, Fourier e Owen). Friedrich Engels também foi uma importante referência, aproximando o pensamento de Marx de uma análise da situação dos trabalhadores das fábricas inglesas. Marx busca na sua obra entender o desenvolvimento, a lógica e o estabelecimento do capital como forma de exploração do trabalho. Aponta para o capitalismo como uma forma de organização que busca homogeneização e reprodução de suas práticas. Além de teórico, Marx foi um importante militante da causa comunista, além de revolucionário e um dos maiores críticos do capitalismo. Até hoje seu pensamento é mobilizado para entender os fenômenos do capitalismo, sendo considerado um pensador contemporâneo.



Método

Na sua crítica, Marx articula as correntes que exerceram influência em seu pensamento. Seu método ficou conhecido por **materialismo histórico dialético** (às vezes citado como materialismo histórico ou materialismo dialético). Suas análises das dinâmicas sociais afastam qualquer idealismo, apesar de compreender a realidade como um processo dialético. Isso porque, segundo a interpretação de Marx, as relações sociais estão baseadas nas possibilidades de produção da vida material, ou seja, o modo como suprimos nossas necessidades define como se darão as relações de produção que fundarão o resto da sociedade. Além disso, Marx entende que essas relações abrigam **opressão e exploração**, o que gera conflito e contradição, e aí entra a visão dialética da realidade. A partir desses conflitos, surgem novas formas de estar no mundo, pelas transformações históricas do modo de produção da vida material.

Estrutura e superestrutura

Nessa perspectiva histórica, chega-se à conclusão de que a história da atividade econômica é essencialmente opressora, em que um grupo detém o controle da produção, detendo também as riquezas produzidas, e outro grupo é obrigado a produzir. Pelas características que Marx observa no trabalho, se conclui que essa dinâmica está atrelada ao desenvolvimento social e estruturação da sociedade. Isso significa dizer que, no capitalismo, a divisão da sociedade em classes é definida pelo lugar que se ocupa nas **relações de produção**. Caso integre o grupo que controla os **meios de produção** (ferramentas, matéria-prima, máquinas etc.), o indivíduo pertencerá à burguesia. Caso não, o indivíduo precisa vender sua **força de trabalho** (capacidade humana de transformação e produção de riqueza) como proletariado.

Essa **estrutura**, de caráter econômico, é responsável por produzir a vida material. No seu interior, temos a força de trabalho e os meios de produção que compõem as **forças produtivas**, ou seja, forças e instrumentos

que agem na transformação da natureza com vistas à produção de bens. O **modo de produção** é, por sua vez, as forças produtivas articuladas com as relações de produção. Nas sociedades que aderem **ao modo de produção capitalista**, o trabalho visa produzir bens que possam ser trocados ou vendidos. Marx chama esses bens de **mercadorias**. Controlando esse processo, o burguês fica com o excedente resultante da venda/troca, que conhecemos como **lucro**.

A sociedade é uma expressão das relações de produção. Para manter o modo de produção funcionando e o controle sobre ele, é preciso que as demais relações sociais sigam a lógica posta pela dinâmica da produção. Segundo Marx, assim se forma a **superestrutura**, que se manifesta em níveis **jurídico-político e ideológico**. O primeiro definirá o funcionamento das leis e as relações de poder, inclusive em níveis institucionais. Percebemos então que, para Marx, não é a estrutura do Estado e das leis que define como será a produção no interior da sociedade, mas o contrário. Essa posição fica clara quando Marx nos convida a observar o aparato **jurídico-político** de modos de produção de sociedades escravagistas ou feudais.

O nível **ideológico** é responsável por dar validade moral à exploração do modo de produção. Funcionando como um elemento de coesão, a ideologia reflete a lógica de dominação de elite, sua visão e compreensão do mundo. Sendo assim, um modo particular de ser e estar no mundo se torna universal através de mecanismos de convencimentos e convicções.

Toda elite tentará justificar seu poder através de um conjunto de ideias. Produz, assim, representações da realidade que atendem a seus interesses e lhe permitem continuar a exercer seu domínio sobre as demais classes sociais. Dessa forma, as ideologias da classe dominante tendem a se tornar a representação da realidade de todas as classes. É mais fácil que trabalhadores acreditem que o desemprego crescente é consequência de sua falta de qualificação, e não da transformação na base material provocada por estratégias de maximização de lucro por parte da burguesia, por força da reprodução da ideologia.

A transformação de dado modo de produção só é possível quando a classe oprimida toma consciência de sua condição, **consciência de classe**, percebendo as implicações políticas e econômicas da estrutura social. Essa tomada de consciência leva a um conflito social (processo dialético) que permitirá mudar toda a base econômica, que, por sua vez, expressará outra superestrutura.

Luta de classes

Esse conflito, para Marx, mesmo antes da tomada de consciência por parte do proletariado, expressa a **luta de classes**. Utilizando o conceito de classe social, Marx aponta para a estratificação social altamente desigual, produzida pelo modo de produção capitalista, em que a realidade material contraria as ideias de igualdade política e jurídica do liberalismo, principal corrente filosófica em que se baseia o capitalismo. O filósofo afirma que esses conceitos, no interior do liberalismo, estão submetidos aos interesses da elite. Ou seja, a economia de livre-mercado e o sistema político mais difundido na modernidade, a democracia representativa, estão comprometidos desde seu surgimento. A posição que o indivíduo ocupa nas relações de produção é que definirá se esse indivíduo terá acesso à liberdade e justiça. O problema é que, no liberalismo, esses direitos são inalienáveis. Isso gera uma contradição de partida, na medida em que a expressão material (capitalismo) da ideia (liberalismo) produz o efeito contrário à intenção inicial.

As relações de produção capitalistas produzem duas classes sociais distintas, os detentores dos meios de produção, protegida legalmente pela ideia de propriedade privada, a **burguesia**, e aqueles que nada possuem além de sua capacidade de produzir riqueza, o **proletariado**. Essas classes estão em constante conflito, porque os burgueses visam sempre maximizar o lucro (o acúmulo é o fim do capitalismo), enquanto o proletariado luta por condições minimamente dignas de existência.

Apesar de assumir a existência de outras classes sociais, como pequenos produtores rurais e comerciantes, Marx centra sua análise na burguesia e no proletariado, por entender que a principal tensão (que pode produzir uma transformação social) ocorre entre as duas.

Expropriação e mais-valia

Mas como os burgueses exploram os proletários? Bem, através da **mais-valia**. Ela representa o excedente de valor da exploração do trabalho. Antes de explicar mais-valia, porém, cabe compreender a questão do **valor**. Quando fazemos algo que é útil, esse objeto tem **valor de uso**. O valor de uso pode ser pessoal ou estar em coisas que não são negociáveis. Um grande exemplo é o oxigênio, que é vital para todos os seres humanos e mesmo assim não comercializável. O que define uma mercadoria é o **valor de troca**, ou seja, que haja uso social desse objeto. Uma mercadoria é um produto de trabalho que será trocado. E como medir o valor de troca? Pelo tempo socialmente necessário para a produção dessa determinada coisa. Se leva três horas para produzir um sapato, e seis para produzir uma lâmpada, então dois sapatos valem uma lâmpada.

Ocorre que a *mais-valia* se dá por um **desencontro** entre o valor pago pelo burguês ao proletário para a produção de mercadorias e o valor que essas mercadorias alcançam no mercado. Ou seja, quando usa a força de trabalho comprada do proletariado, a burguesia gera mais valor (já que o trabalho agrega valor à mercadoria) e necessita remunerá-lo por esse trabalho. Quando termina uma jornada de oito horas em uma fábrica, um trabalhador produziu muita riqueza, que fica para o patrão em forma de mercadoria, já que ele é o proprietário dos meios de produção. No fim do mês, essa riqueza é maior que o salário pago a esse trabalhador, gerando um excedente. Essa diferença é a mais-valia. Mas não se trata de uma compra de força de trabalho “concreta”, já que a padronização nas normas e atividades dentro da “fábrica” iguala trabalhadores mais e menos habilidosos. Então o salário se estabiliza de acordo com o mercado de trabalho e da demanda pelo trabalho (quanto mais mão-de-obra disponível, mais baixo o salário), mas sempre abaixo do valor que um trabalhador é capaz de gerar.

A mais-valia pode ser gerada de duas formas. Aumentando a quantidade de horas do trabalhador ou aperfeiçoando os meios de produção. Na primeira temos a **mais-valia absoluta**, quando a acumulação decorrente do excedente ocorre pelo fato de o proletário passar mais tempo trabalhando, aumentando a produção e, conseqüentemente, a riqueza produzida, que será expropriada pelo burguês. A segunda é a **mais-valia relativa**. Nela o trabalhador não trabalha por mais horas, mas as melhorias nos seus instrumentos, matérias-primas ou organização do processo de produção aumenta a eficiência e faz com que o resultado desse trabalho tenha mais valor. Mesmo produzindo mais riqueza, o trabalhador continua recebendo o mesmo salário.

Essa exploração só é possível porque o trabalhador foi afastado dos meios necessários para produzir a vida material. Marx chama esses fenômenos de **expropriação dos meios de produção**. Do que é necessário para produzir a vida material, sobrou apenas sua força de trabalho. Submetido a uma organização social fundamentada na propriedade privada dos meios de produção, o trabalhador não tem outra alternativa, se quiser sobreviver, a não ser vender sua força de trabalho ao capitalista. Ele é expropriado da posse de qualquer forma de produzir algum bem, e é expropriado de parte da riqueza que produz no processo de produção.

Essa expropriação gera a **desigualdade social**, já que o capitalista fica com cada vez mais riqueza, enquanto o trabalhador apenas pode dedicar sua vida ao trabalho assalariado. Isso configura uma contradição das relações de trabalho, pois quem produz não tem acesso ao que produz nem controla o que produz, mas, pelo contrário, trabalhar aumenta cada vez mais a distância entre burguês e proletariado.

Alienação do trabalho, coisificação e fetichização da mercadoria

O **trabalho** como atividade humana se caracteriza pela consciência da realização deste. O que difere uma abelha, uma aranha ou um João-de-Barro de um engenheiro ou arquiteto? Exatamente o projeto contemplado na imaginação do humano antes da realização do trabalho em si. Assim, mesmo toda perfeição simétrica da abelha não contém o projeto idealizado pelo arquiteto. Não basta seguir os instintos (como a abelha), o humano precisa hierarquizar e subordinar sua vontade, concentrar-se no fim almejado e racionalizar o processo de transformação. A partir da consciência e da subordinação, surge o **reconhecimento**. O trabalhador, ao fim do processo, se enxerga no produto do seu trabalho, produto esse que se torna parte do seu realizador. Por não acessar, controlar e aproveitar o resultado pleno de seu trabalho, o trabalhador fica **alienado**, afastado daquilo que, no fim das contas, é seu espelho.

No modo de produção capitalista, não são as pessoas o objetivo da produção (a satisfação de suas necessidades), mas a produção em si. Isso possibilita uma gestão fragmentada e eficiente do trabalho, ignorando as consequências sociais do afastamento entre trabalhador e produto do trabalho. Como consequência, a própria organização da sociedade se fragmenta, o saber, as atividades econômicas, as profissões, as artes etc. Assim, o trabalhador não consegue mais conceber o processo produtivo na sua totalidade, perde a noção de como esse processo se dá e de sua posição nele, perdendo também a noção das consequências jurídico-políticas e ideológicas desse processo.

O trabalhador é afastado também do consumo, não podendo desfrutar da riqueza que é consequência de sua atividade. O trabalho passa a ser tornar não mais a realização do ser humano como ser humano, aquilo que o diferencia dos outros seres, mas uma atividade desprazerosa.

O trabalhador passa a ser nada mais que uma mercadoria disponível para compra do burguês e uma peça numa grande engrenagem que compõe as forças produtivas. O trabalhador passa a ser uma coisa, porque perdeu contato com aquilo que o definia como ser humano. Nesse processo de **coisificação**, ele busca sua completude, que entende ocorrer quando há aquisição daquilo que lhe foi afastado. Já que não se sabe mais quem fez o objeto, passa a ser mais importante ter o objeto.

Esse descontrole, por fim, permite que o objeto adquira características sobrenaturais. Claro que os objetos não têm tais características, mas a intensa mercantilização do sistema capitalista e afastamento entre os homens e as coisas faz com que as últimas “ganhem vida”. É a **fetichização da mercadoria**, quando as relações sociais e a própria vida material passam a acontecer através dela. As mercadorias passam a ser adoradas por características que não possuem, mas são atribuídas subjetivamente pelos seres humanos.

Por isso, para Marx, apenas uma transformação na forma como o modo de produção se estabelece pode pôr fim aos problemas sociais gerados pelo capitalismo. Não se trata de ignorar o desenvolvimento histórico; afinal, para Marx, a história é processo dialético. Confrontada pelas suas contradições, a sociedade capitalista passaria para um **novo estágio**, síntese dessa contradição, um **modo de produção comunista**, em que não há propriedade privada dos meios de produção (em que todo trabalhador tem acesso aos meios necessários para a produção da vida material), que abolirá a superestrutura formada pelo capitalismo e possibilitará o exercício real das ideias de liberdade e igualdade política e jurídica defendidas pelo liberalismo.

Ei, vestibulando, vai prestar o vestibular da Uerj e quer dar um up nesses estudos? Que tal adquirir nosso curso voltado para a Uerj? Basta clicar [aqui](#).

Exercícios



1.



As ideias marxistas conseguiram aceitação dentro do movimento operário e fortaleceram sindicatos. O marxismo:

- a) criticava a exploração capitalista, sem pregar revolução.
- b) defendia a democracia direta, com governos elitizados.
- c) teve grande repercussão nos sindicatos norte-americanos
- d) mostrava as desigualdades sociais trazidas pela mais-valia
- e) ganhou espaço na montagem das políticas colonizadoras.



2. Sobre o pensamento de Karl Marx, considere as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O materialismo histórico é uma teoria marxista, na qual se atribui a explicação de toda a história das relações humanas por meio de fatos materiais.
 - II. Para Marx, a classe trabalhadora é alienada, pois não percebe os mecanismos de sua exploração, é acrítica e passiva. Marx foi um grande defensor da formação da consciência da classe trabalhadora.
 - III. Para Marx, a evolução histórica, independente de em qual época se estivesse, ocorria por causa de confrontos entre classes sociais, geralmente, cujo motivo era o que Marx chamava de “exploração do homem pelo homem”. Indivíduos esqueciam-se de que eram todos seres humanos com direitos e deveres, para explorarem ao máximo aqueles que lhes fossem “inferiores” de seu ponto de vista.
- a) Apenas I está correta
 - b) Apenas II está correta
 - c) Apenas I e II estão corretas
 - d) Apenas I e III estão corretas
 - e) Todas as afirmativas estão corretas

3. “[...] Nós colocávamos – e erámos obrigados a colocar – a ênfase principal, antes de mais nada, em derivar de fatos econômicos fundamentais as ideias políticas, jurídicas e as demais noções ideológicas e as ações por elas desencadeadas. [...] A base dessa ideia é uma concepção vulgar da causa e do efeito como polos opostos de forma rígida”.

ENGELS, F. Carta a Franz Mehring, Londres, 14 de julho de 1893. In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 42-44.

A justificativa da posição teórica de Engels na citação acima, teve por objetivo advertir sobre os riscos do materialismo histórico

- a) se distanciar do materialismo de Feuerbach.
 - b) deixar de ser determinista.
 - c) se aproximar do idealismo hegeliano.
 - d) deixar de ser dialético.
4. Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana. A produção dos meios imediatos de vida, materiais e, por conseguinte, a correspondente fase de desenvolvimento econômico de um povo ou de uma época é a base a partir da qual tem se desenvolvido as instituições políticas, as concepções jurídicas, as ideias artísticas. A descoberta da mais-valia clareou estes problemas.

(Adaptado de: ENGELS, F. *Discurso diante do túmulo de Marx*. 1883. Disponível em: Acesso em: 11 set. 2017.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a concepção materialista da história, assinale a alternativa correta.

- a) Existem leis gerais e invariáveis na história, que fazem a vida social retornar continuamente ao ponto de partida, isto é, a uma forma idêntica de exploração do homem sobre o homem.
- b) A mais-valia, ou seja, uma maneira mais eficaz de os proprietários lucrarem por meio da venda dos produtos acima de seus preços, é uma manifestação típica da sociedade capitalista e do mundo moderno.
- c) O darwinismo social é a base da concepção materialista da história na medida em que esta teoria demonstra cientificamente que somente os mais aptos podem sobreviver e dominar, sendo os capitalistas um exemplo.
- d) A partir de intercâmbios na infraestrutura da vida social, desenvolve-se um conjunto de relações que passam a integrar o campo da superestrutura, com uma interdependência necessária entre elas.
- e) A sociedade burguesa, por intensificar a exploração dos homens através do trabalho assalariado, constitui-se em forma de organização social menos desenvolvida que as anteriores.

5. Os processos históricos cumprem um papel de fundamental importância na teoria social marxista. A história e suas diferentes formas de representação auxiliaram Karl Marx e Friedrich Engels na composição de suas análises sobre as sociedades capitalistas, bem como na elaboração de conceitos como de “alienação”, “dialética”, “materialismo”, “práxis” ou mesmo “capital”. Noutras palavras: qualquer teoria, por mais abstrata que possa nos parecer, somente fará sentido se compreendida a partir dos processos históricos que a engendram e a tornam necessária quando é formulada. Assim, segundo argumento de Tânia Quintaneiro, “os economistas do tempo de Marx não reconhecem a historicidade dos fenômenos que se manifestam na sociedade capitalista, por isso suas teorias são comparáveis às dos teólogos, para os quais ‘toda religião estranha é pura invenção humana, enquanto a deles próprios é uma emanção de Deus’. Ele questiona a perspectiva para a qual as relações burguesas de produção são naturais, estão de acordo com as leis da natureza, como se fossem ‘independentes da influência do tempo’, sendo por isso consideradas como ‘leis eternas que devem reger sempre a sociedade. De modo que até agora houve na história, mas agora já não há’. Assim, as instituições feudais teriam sido históricas, ironiza, mas as burguesas seriam naturais e, portanto, ‘imutáveis’. Para Marx, tanto os processos ligados à produção são transitórios, como as ideias, gostos, crenças, categorias dos conhecimentos e ideologias, os quais, gerados socialmente, dependem do modo como os indivíduos se organizam para produzir. Portanto, o pensamento e a consciência são, em última instância, decorrência da relação homem/natureza, isto é, das relações materiais”

(QUINTANEIRO, Tânia et. al. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte, 2003, p. 31).

A partir da passagem acima, explique como esse entendimento de Marx sobre a história e seus processos materiais de produção oferece-nos uma explicação sobre a formação do capitalismo moderno, bem como das teorias que o consideram “natural” no processo de “evolução” das sociedades humanas.

Gabarito

1. D

Para Marx, a desigualdade social se origina do fato de o trabalhador produzir riqueza, e não ter acesso a ela. Isso se dá de duas formas. A primeira pela expropriação dos meios de produção, em que é vedado ao trabalhador ter controle do processo produtivo. A segunda se dá pela mais-valia, quando o burguês se apropria do excedente de valor agregado pelo trabalho. Quando paga o salário, o burguês não repassa ao proletário todo o valor correspondente à riqueza produzida, mas fica com uma parte, que lhe permite lucrar e acumular. Dessa forma, o burguês fica cada vez mais rico, tendo cada vez mais controle do processo produtivo, enquanto o proletário se vê obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver.

2. E

- I. Quando se afirma um materialista, Marx busca negar o idealismo característico do pensamento alemão. Na sua concepção, o fundamento da sociedade são as condições materiais que se apresentam. Da mesma forma, a história é feita pelas pessoas conforme as condições e possibilidades que se apresentam.
- II. O afastamento do processo produtivo (principalmente do resultado do trabalho) e a submissão a um sistema jurídico-político e ideológico que justifica a opressão capitalista, torna o proletário alienado de sua realidade. Ou seja, o trabalhador não tem noção de sua posição, das forças produtivas e de suas implicações na organização social.
- III. Marx acredita que a história da humanidade é a história da luta de classes. Através de um processo dialético, envolvidas nas condições de produção da vida material, classes antagônicas disputam o controle do modo de produção, que majoritariamente se expressou como “exploração do homem pelo homem”.

3. D

Vemos Engels assumir que o foco de suas análises eram as contradições que se expressavam tanto nas relações econômicas quanto nas outras esferas da vida social de que delas derivavam. Como apresenta Engels, uma visão dialética pode ser expressa de maneira vulgar (ou reducionista), como uma relação de oposição e conflito entre causa e efeito, posicionados em polos opostos.

4. D

Segundo Marx, a esfera econômica de uma sociedade compreende sua estrutura. No interior dela estão as forças produtivas e as relações de produção. Com base na articulação desses componentes se forma toda uma estrutura social, com vistas a justificar ideologicamente, politicamente e juridicamente a exploração do homem pelo homem. Assim se forma a superestrutura, áreas da vida social que estão submetidas às condições de produção da vida material e que, apesar de justificar as relações de trabalho, não as organizam, mas fazem o contrário.

5. Para Marx o capitalismo é resultado do processo histórico que decorre de maneira dialética, não da forma como preconiza Hegel, mas a partir das condições materiais e da vontade dos homens, que fazem a história. Todo modelo político ou econômico é resultado de uma trajetória histórica e de sua conjuntura, assim como a estrutura que se forma em torno desses modelos, como a justiça (ou direito), as artes, os esportes, o lazer etc. Conceber as ideias de desenvolvimento humano ou social como naturais, considerando principalmente que as regras do sistema capitalista estão “inscritas” no ser humano desde seu surgimento, é comparável a uma crença religiosa para Marx, sem fundamento científico ou lógico. O capitalismo, assim como outros modelos, é fruto dessa trajetória histórica, o que permite Marx conceber que este não era e veio a ser, podendo, assim, deixar de ser. A forma como produzimos é resultado da nossa relação com o mundo, os homens e a natureza, é resultado das nossas condições materiais.

Filosofia Medieval

Teoria

O que é Patrística?

Patrística, do latim *pater* que significa “pai”, diz respeito ao surgimento da filosofia cristã e à atividade dos chamados “Pais da Igreja”, bem como ao período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média. Embora não haja consenso sobre as datas de início e término desse período, podemos compreendê-lo a partir de alguns eventos importantes. Por um lado, as Epístolas de São Paulo e o Evangelho de São João (séc. I d.C.), como um marco inicial. Por outro lado, a morte de Santo Agostinho, bispo de Hipona (séc. V d.C.), considerado um dos principais nomes da Patrística, como o ponto final.

Divide-se a Patrística em **patrística grega** (ligada à Igreja de Bizâncio) e **patrística latina** (ligada à Igreja de Roma) e seus nomes mais importantes foram: Justino, Tertuliano, Atenágoras, Orígenes, Clemente, Eusébio, Santo Ambrósio, São Gregório Nazianzo, São João Crisóstomo, Isidoro de Sevilha, Santo Agostinho, Beda e Boécio.

Agostinho de Hipona (Santo Agostinho)

Nascido em 354 d.C., em Tagaste (atual Argélia), Aurelius Augustinus, Santo Agostinho ou simplesmente Agostinho de Hipona, foi o maior nome da Patrística. De origem pagã, por parte de pai, e cristã, por parte de mãe (Santa Mônica), Agostinho teve acesso a uma educação clássica, isto é, ao chamado *trivium* (Lógica, Gramática e Retórica). A partir de sua prática intelectual teve contato com diversas doutrinas do pensamento como o ecletismo, o maniqueísmo, o estoicismo, o ceticismo e o neoplatonismo (sobretudo através de Plotino e Porfírio).

Diz-se que após a leitura de *Hortensius*, diálogo de Cícero que não chegou até nós, Agostinho passou a empreender uma busca pela verdade. Não encontrando a verdade que buscava no Maniqueísmo (seita teológico-filosófica que pregava o materialismo e o dualismo entre Bem e Mal), ele se converte ao cristianismo em 387 d.C., tocado pelas pregações de Santo Ambrósio. No momento da conversão, Agostinho contava 33 anos e era pai de um filho, fruto da sua relação com uma concubina (termo usado para designar uma mulher que vive maritalmente com um homem, sem estar casada com ele). Em sua obra intitulada *Confissões*, ele narra toda a trajetória anterior e posterior à conversão, demonstrando como Deus havia conduzido a sua vida.

Influência platônica

No pensamento filosófico de Agostinho podemos identificar componentes das várias correntes com as quais o autor teve contato. A mais importante delas é o **pensamento platônico**, majoritário nas concepções agostinianas. Podemos citar, por exemplo, a primazia da ideia sobre a matéria, que aparece no dualismo entre a alma e o corpo, sendo a alma o caminho para se alcançar a **iluminação divina**, que permite o conhecimento verdadeiro e o corpo imperfeito, tal como no mundo sensível de Platão.

Outra dualidade importante é aquela entre a **Cidade de Deus** e a **Cidade dos Homens**, o que também nos remete à divisão entre o mundo inteligível e o mundo sensível. Para Agostinho, a Cidade dos Homens, terrena e guiada pelos interesses humanos, é o lugar da desarmonia, da injustiça, da corrupção e da morte. A Cidade de Deus, por sua vez, celeste e guiada por princípios divinos, é o lugar da harmonia, da justiça, da felicidade e da paz. Segundo Agostinho, um dia a Cidade de Deus irá prevalecer sobre a Cidade dos Homens.

Fé e razão

Baseando-se na passagem bíblica: “Se não crerdes, não compreenderéis”, (Isaías, 7:9), Agostinho soluciona a dicotomia entre fé e razão. Para ele, não se trata de coisas opostas, mas sim complementares. A razão, entendida como uma **luz natural**, é um dom divino e, por isso mesmo, deve ser utilizado. Porém, por sua natureza corrompida pelo pecado original, a mente humana não é capaz de alcançar a verdade apenas com o auxílio da racionalidade. Por isso, o homem necessita da fé, que corresponde à **luz divina**, que ativa o intelecto humano para que ele possa alcançar a verdade revelada. Note-se que embora a razão explique logicamente o conteúdo da verdade, ela está a serviço da fé.

Doutrina da iluminação divina

A partir dessa relação entre fé e razão, bem como da teoria platônica da **reminiscência**, Agostinho nos diz: “Não te dirijas para fora, regressa a ti mesmo; no homem interior habita a verdade (...)”. Na teoria platônica da reminiscência, a alma traz consigo o conhecimento da verdade, isto é, das ideias perfeitas e eternas que contemplou no mundo inteligível, porém ao se unir ao corpo, ela se esquece desse conhecimento e, para acessá-lo novamente, precisa da **dialética** e da **filosofia**. Agostinho, por sua vez, descreve um processo muito semelhante, no qual ao criar o homem, Deus lhe deu uma **centelha divina**, essa centelha nada mais é do que a verdade colocada no interior de sua alma. Porém, a nossa natureza pecaminosa limita a razão, que precisa ser **iluminada pela fé** para ter acesso à verdade. Desse modo, a razão explica aquilo que, anteriormente, foi revelado pela fé.

Problema do mal

O problema acerca da origem e da existência do mal é anterior ao próprio Agostinho e pode ser formulado pelo Trilema Paradoxal atribuído a Epicuro, que consiste em três afirmativas, onde a aceitação da validade de duas delas exclui, necessariamente, a validade da terceira. Vejamos as afirmativas:

- **Deus é Onibenevolente:** (absolutamente bondoso);
- **Deus é Onisciente:** (tem absoluta ciência de tudo, conhece tudo);
- **Deus é Onipotente:** (tem poder ilimitado, pode tudo).

Partindo da premissa de que o mal existe, se tentarmos unir essas três afirmativas numa mesma realidade encontraremos os seguintes problemas:

- **Se Deus é Onisciente e Onipotente:** Ele possui conhecimento da existência do mal e poder para acabar com ela; logo, se não o faz ele é porque não é Onibenevolente, pois não pode ser absolutamente bom permitindo a existência do mal.
- **Se Deus é Onipotente e Onibenevolente:** Ele possui poder para acabar com o mal e desejo de assim fazê-lo; logo, se não o faz é porque não é Onisciente, pois não tem conhecimento da existência do mal.
- **Se Deus é Onisciente e Onibenevolente:** Ele tem conhecimento da existência do mal e desejo de acabar com ela; logo, se não o faz é porque não é Onipotente, pois não tem poder para tal.

Assim, Epicuro parece ter provado que, caso o mal exista, não é possível que Deus tenha, ao mesmo tempo, três dos seus atributos mais importantes, quais sejam, Onipotência, Onisciência e Onibenevolência. Note-se que, para que o paradoxo de Epicuro funcione, é necessário admitir a existência do mal. É exatamente por aí que Agostinho começa a refutá-lo. Opondo-se à ideia de que Deus, sendo fonte de todas as coisas, teria criado o mal, bem como à concepção maniqueísta, segundo a qual Bem e Mal existem enquanto entidades concretas, Agostinho contra-argumenta, basicamente, nos seguintes termos: primeiro, sendo Deus a fonte da Suprema Bondade, Ele jamais poderia criar o seu contrário, portanto, o mal não é uma obra de Deus; segundo, o mal não possui existência real, pois é apenas a ausência do Bem. Desse modo, o **mal moral** sucede ao homem quando ele, por escolha própria, se afasta de Deus e passa a buscar as coisas do mundo.

O livre-arbítrio

Outro problema central no pensamento agostiniano, a questão da liberdade surge articulada com a questão da vontade. Para ele, a vontade não é racional. A vontade está ligada à natureza humana que é pecaminosa. Por estar submetida à vontade, ela nos afasta de Deus na medida que nos aproxima do pecado. A defesa feita pelos pensadores clássicos da racionalidade como caminho para se alcançar a virtude, o bem e a felicidade não encontra respaldo no pensamento agostiniano. Como autônomo, o julgamento humano é falho e sempre estará inclinado ao mal. Por isso, devemos buscar, através da racionalidade, a graça divina. A verdadeira liberdade se manifesta então no caminho em direção a Deus, pois servir e obedecer a Deus não é não ter livre-arbítrio, mas usar a racionalidade para ser abençoado pela graça. Pecar não é ser livre, pois o pecado escraviza a alma. Nessa perspectiva, o livre-arbítrio é a garantia de que Deus não interfere nas nossas escolhas. No entanto, todas as nossas ações serão, em algum momento, julgadas.

A alma participa do divino

Se é da natureza humana pecar, essa natureza está materializada no corpo. A alma, que recebe a iluminação divina, deve reinar sobre o corpo, que tende à vontade e ao pecado. Sendo assim, a alma é superior ao corpo. Todo o conhecimento humano só é possível pela alma, exatamente pela sua participação na iluminação. Como o sol ilumina a terra, Deus ilumina a mente humana para que ela alcance a verdade. Para Agostinho, todo conhecimento é por graça de Deus, mesmo um ateu só pode alcançar a verdade pela graça. O pecador, entretanto, utilizando-se do livre-arbítrio, costuma inverter essa relação, fazendo o corpo assumir o governo da alma. Provocando, com isso, a submissão do espírito à matéria, o que é, para Agostinho, equivalente à subordinação do eterno ao transitório, da essência à aparência.

Predestinação e a doutrina da graça

O homem, pecador por natureza, deve se esforçar para se aproximar de Deus. Apesar disso, seu esforço não é suficiente. No pensamento agostiniano, todo poder está em Deus e o homem não é capaz de, sozinho, dar resolução a nenhum problema. A salvação só pode ser alcançada mediante a **graça divina**. Só que, segundo o autor, nem todos foram escolhidos por Deus para serem salvos. Os que serão salvos foram selecionados previamente, ou seja, foram **predestinados à salvação**. Isso só é possível porque Deus existe fora do tempo humano. Seria impossível para nós sermos livres caso Deus soubesse tudo que aconteceu e acontecerá e intervesse no curso das escolhas humanas. Mas, como Deus vive na Eternidade, ele não precisa esperar para fazer seus julgamentos, o que permite predestinar os salvos sem interferir no livre-arbítrio.

O que é Escolástica?

Após a consolidação do cristianismo como religião e de sua relevância política expressa na entidade mais influente do medievo, a Igreja Católica — era o Papa que coroava e legitimava o poder dos reis — a filosofia cristã passou do período de defesa e disseminação da fé para o da sistematização e organização dos dogmas religiosos. Questões cada vez mais profundas surgiam e os pensadores buscavam dar conta da necessidade, cada vez maior, de explicar a origem e a natureza da religião cristã e de sua divindade suprema. Tais explicações constituem a **teologia**.

No século VIII, a Europa passou por um processo de expansão educacional iniciado por Carlos Magno, rei dos francos. Esse período, que ficou conhecido como a **renascença carolíngia**, deu origem a diversas escolas ligadas às instituições católicas, com o objetivo de retomar e difundir a cultura greco-romana. Baseando-se no modelo de educação romana, o currículo de tais escolas era composto pelo conjunto das artes liberais, ou seja, o **trivium** (gramática, retórica e lógica) e o **quadrivium** (geometria, aritmética, astronomia e música). A partir do século XII, por ter sido ensinada nas escolas, a Filosofia medieval recebeu também o nome de Escolástica.

Outra característica marcante da educação Escolástica foi o método por ela inventado para expor ideias filosóficas, conhecido como **disputa**. Esse método consistia na apresentação de uma tese que devia ser defendida ou refutada com base em argumentos retirados da Bíblia, de Platão, de Aristóteles ou de outros Padres da Igreja. Desse modo, uma ideia era considerada verdadeira ou falsa de acordo com a qualidade dos argumentos encontrados na tradição. Por isso, costuma-se dizer que, na Idade Média, o pensamento estava fundamentado no **princípio de autoridade**. Ou seja, uma ideia só é considerada verdadeira se for baseada nos argumentos de uma autoridade reconhecida (Bíblia, Platão, Aristóteles, papas e santos).

A Escolástica abrange pensadores europeus, árabes e judeus. Por isso, dentre os teólogos medievais mais importantes foram: Abelardo, Duns Scoto, Escoto Erígena, Santo Anselmo, Santo Tomás de Aquino, Santo Alberto Magno, Guilherme de Ockham, Roger Bacon, São Boaventura. Do lado árabe: Avicena, Averróis, Alfarabi e Algazáli. Do lado judaico: Maimônides, Nahmanides, Yeudah bem Levi.

Tomás de Aquino (São Tomás de Aquino)

Nascido em 1225, em Roccasecca, no condado de Aquino (atual região do Lácio, Itália), Tomás de Aquino é considerado um dos mais importantes Doutores da Igreja. Ao lado de São Paulo e Santo Agostinho, ele configura um dos grandes pilares de sustentação da doutrina cristã. Principal nome da Escolástica, sua vasta contribuição intelectual e sua vida austera ainda hoje servem de modelo para todos aqueles que se dedicam ao estudo da teologia e ao sacerdócio.

Fé e razão

Durante a Escolástica, o problema básico da filosofia cristã, qual seja, a relação entre fé e razão continuou preponderante, sendo, inclusive reformulado pelo tomismo. Se em Santo Agostinho o lema era “crer para entender”, em São Tomás de Aquino o lema é “entender para crer”, pois a compreensão racional dos dogmas fortalece a fé. Note-se que em ambos os casos **fé e razão são conciliáveis**. Embora São Tomás de Aquino dê maior autonomia à razão do que Santo Agostinho, ela só é importante na medida em que cumpre a finalidade de nos preparar para a fé. Ou seja, a razão continua subordinada à fé.

Destaca-se ainda a distinção tomista entre a filosofia e a teologia. Tanto a filosofia quanto a teologia devem buscar a compreensão de Deus. Porém, a filosofia nos fornece um conhecimento imperfeito, já a teologia nos proporciona o esclarecimento, a revelação. Para São Tomás de Aquino, **a razão precisa ser aperfeiçoada pela fé**, para que se possa alcançar um conhecimento completo sobre as coisas. Assim, a teologia corrige a filosofia. Desse modo, a graça aperfeiçoa a natureza.

Teoria das cinco vias

Durante muito tempo a Igreja impediu a divulgação das obras de Aristóteles, por entender que o seu caráter científico se opunha aos dogmas cristãos. Porém, Tomás de Aquino, um estudioso notável, teve acesso a essas obras através dos pensadores árabes, como Avicena, Averróis e Alfarabi, que já traduziam e comentavam os textos aristotélicos. Esse contato com o pensamento aristotélico foi fundamental para a formulação da sua **teoria das cinco vias**, isto é, dos cinco argumentos que ele apresenta com o objetivo de demonstrar racionalmente a existência de Deus. Nesses argumentos encontramos diversas concepções aristotélicas, tais como a teoria das quatro causas, o princípio da não-contradição e as noções de substância, ato e potência. Obviamente, para adaptar o pensamento de Aristóteles às doutrinas cristãs foram necessárias algumas adaptações. Por exemplo, a passagem do Ato para a Potência, mesmo em seres da natureza, não é autodeterminada, pois quem define essa mudança é Deus. Dessa adaptação surgiu o chamado **aristotelismo cristão**, que colocou o pensamento aristotélico a serviço da fé cristã.

Passemos agora às cinco vias de Tomás de Aquino:

- **Motor imóvel:** tudo que se move precisa ser movido por algo ou alguém, mas quem moveu esse alguém? Tal regressão iria ao infinito se não houvesse um motor imóvel, ou seja, algo que dê origem a todo movimento, mas que não é movido. Tomás de Aquino diz que esse motor é Deus.
 - **Causa primeira:** tudo que existe precisa ter sido criado, não é possível que tudo tenha em si mesmo sua origem, mas se uma coisa dá origem à outra é preciso que algo tenha causado a sucessão dos efeitos, essa causa primeira é Deus.
 - **Necessário e contingente:** tudo que existe um dia não existiu e pode se extinguir, mas se tudo é contingente nada poderia existir. Já vimos que, para que algo exista, é preciso que alguma coisa anterior lhe dê origem, logo, há um ser que sempre existiu sem ter sido gerado por nada, um ser necessário, que é gerador de todos os seres.
 - **Graus de perfeição:** todas as coisas são melhores ou piores quando relacionadas a outras, precisa haver um paradigma de comparação. Se uma coisa é mais ou menos quando comparada com outras, é preciso admitir que há um ser que contém em si todas as perfeições em seu máximo grau, esse ser é Deus.
 - **Finalidade do ser:** todas as coisas na natureza obedecem a uma ordem e se orientam a um fim, como a flecha orientada pelo arqueiro. Assim existe um ser que ordena todas as coisas e faz com que tudo chegue a seu fim, esse ser é Deus.
-

Exercícios de vestibulares



1. Agostinho, em Confissões, diz: "Mas após a leitura daqueles livros dos platônicos e de ser levado por eles a buscar a verdade incorpórea, percebi que 'as perfeições invisíveis são visíveis em suas obras' (Carta de Paulo aos Romanos, 1, 20)".

Agostinho de Hipona. Confissões, livro VII, cap. 20, citado por: MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. Tradução do autor.

Nesse trecho, podemos perceber como Agostinho

- a) se utilizou da Bíblia para conhecer melhor a filosofia platônica.
 - b) utiliza a filosofia platônica para refutar os textos bíblicos.
 - c) separa nitidamente os domínios da filosofia e da religião.
 - d) foi despertado para o conhecimento de Deus a partir da filosofia platônica.
2. Com efeito, existem a respeito de Deus verdades que ultrapassam totalmente as capacidades da razão humana. Uma delas é, por exemplo, que Deus é trino e uno. Ao contrário, existem verdades que podem ser atingidas pela razão: por exemplo, que Deus existe, que há um só Deus etc.

AQUINO, Tomás de. Súplica contra os Gentios. Capítulo Terceiro: A possibilidade de descobrir a verdade divina. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 61.

Para São Tomás de Aquino, a existência de Deus se prova

- a) por meios metafísicos, resultantes de investigação intelectual.
 - b) por meio do movimento que existe no Universo, na medida em que todo movimento deve ter causa exterior ao ser que está em movimento.
 - c) apenas pela fé, a razão é mero instrumento acessório e dispensável.
 - d) apenas como exercício retórico.
-



3. No livro *Confissões*, Santo Agostinho, principal representante da Patrística medieval, trata do seguinte problema “É Deus o autor do mal?”. Desse problema advêm as seguintes indagações: “Onde está, portanto, o mal? De onde e por onde conseguiu penetrar? Qual é a sua raiz e a sua semente? Porventura não existe nenhuma? Por que recear muito, então, o que não existe?”

(AGOSTINHO, S. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 177 (Col. Os pensadores)).

Com relação ao problema do mal em *Confissões* analise as afirmativas a seguir:

- I. todas as coisas que existem são boas, e o mal não é uma substância, pois, se fosse substância seria um bem.
- II. todas as coisas que se corrompem não são boas, pois são privadas de todo bem.
- III. o mal se não é substância, é a perversão da vontade desviada da substância suprema.
- IV. o mal é a corrupção que afeta diretamente a substância divina que está sujeita a ela.

Com base nas afirmativas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.



4. Segundo Tomás de Aquino, o homem é entendido como um composto de corpo e alma, fazendo eco, sobretudo, a teorias aristotélicas sobre o ser humano. Por isso, na *Suma contra os gentios* o filósofo afirma que “é impossível que o homem e o animal sejam uma alma servindo-se de um corpo, e não uma coisa composta de corpo e alma”.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma contra os gentios*. Caxias do Sul: Sulina, 1990, p. 264.

Tendo em vista esta citação, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma característica que o Aquinata utiliza para descrever o homem:

- a) A alma é compreendida como componente essencial a todos os seres vivos, doando a vida aos seres animados, como é o caso do homem.
- b) Tomás de Aquino propõe o homem como um ser intermediário, que pertence ao reino imaterial por sua alma, que é unida por essência ao corpo físico.
- c) Para Tomás de Aquino, é preciso dedicar cuidados especiais e maiores à alma, em detrimento do corpo que a aprisionaria como uma espécie de cárcere.
- d) Conforme o pensamento tomista, o homem, diferentemente dos animais que possuem uma alma sensitiva, possui uma alma racional.

5. Uma questão que acompanha todo o pensamento medieval, e é um foco permanente de tensão na filosofia cristã durante esse período, constitui o que ficou conhecido por “conflito entre razão e fé”. Mesmo os defensores da importância da filosofia grega admitirão que os ensinamentos dos textos sagrados têm precedência e, portanto, só podem ser aceitas doutrinas filosóficas compatíveis com esses ensinamentos. Podemos dizer que a leitura que os primeiros pensadores cristãos fazem da filosofia grega é sempre altamente seletiva, tomando aquilo que consideram compatível com o cristianismo enquanto religião revelada. Portanto, o critério de adoção de doutrinas e conceitos filosóficos é, em geral, determinado por sua relação com os ensinamentos da religião. Nesse sentido, privilegia-se sobretudo a metafísica platônica, com seu dualismo entre mundo espiritual e material.

(Danilo Marcondes. *Iniciação à história da filosofia*, 2004. Adaptado.)

- a) Qual o nome da teoria dualista formulada por Platão, indicada no texto? Explique essa teoria.
- b) Em que consiste o conflito entre razão e fé, no período medieval, abordado pelo texto? Explique como esse conflito contribuiu para a “seleção” do dualismo platônico pelos primeiros pensadores cristãos.
-

Gabaritos

1. D

Agostinho de Hipona foi profundamente influenciado pelo pensamento de Platão. Diz-se, inclusive, que ele foi o responsável por cristianizar a filosofia platônica. Vale lembrar que o período em que se desenvolve a Filosofia Medieval ficou marcado pela tentativa de conciliar o pensamento racional com a fé cristã, o que exclui as alternativas [B] e [C].

2. B

Influenciado pelo pensamento de Aristóteles, Tomás de Aquino desenvolveu a teoria das Cinco Vias, por meio das quais é possível provar a existência de Deus. Uma das vias é a do primeiro motor imóvel, que pressupõe que tudo que se move precisa ser movido por alguém, mas quem moveu esse alguém? Tentando responder a essa pergunta regressaríamos ao infinito se não houvesse, em algum momento, um motor imóvel, ou seja, algo que dê origem a todo movimento, mas que não é movido. Tomás de Aquino diz que esse primeiro motor é Deus.

3. B

- I. Correta. Como defende Santo Agostinho, o mal não é algo que existe, mas antes a ausência do bem pelo afastamento de Deus.
- II. Incorreta. Não se trata de ser ou não boa ontologicamente. Toda a criação divina é boa, mas, pelo afastamento de Deus se aproximam do mal.
- III. Correta. Na crítica ao maniqueísmo Santo Agostinho afirma que o mal na verdade não existe, ou seja, não é uma substância, mas a perversão dessa substância que ocorre pela ausência do bem.
- IV. Incorreta. O mal não afeta a substância divina diretamente, mas apenas aquilo que se afasta dessa substância divina.

4. C

Como Aristóteles discorda de Platão na separação entre sensível e inteligível, Tomás discorda da separação entre alma e corpo. A existência é substância em sua totalidade, nas múltiplas camadas possíveis de se identificar e classificar, como essência, acidente etc.

5.

- a) Trata-se da metafísica platônica, segundo a qual haveria um mundo de aparências e sombras, identificado com o mundo sensível; e outro, original, que seria o mundo das ideias ou inteligível. Assim, tal metafísica coloca a realidade última como transcendente e não imanente (o que se manifesta no princípio físico da natureza).
 - b) A relação entre razão e fé presente na gama de autores da Idade Média se relaciona com duas diferentes concepções: a fé como elemento de retomada do caminho da salvação (esta base foi vista em Santo Agostinho); já a outra visão contém a união dos elementos razão/fé de forma a conferir na racionalidade a "prova" da existência divina (tal afirmação é de São Tomás de Aquino). A escolha do dualismo platônico como base para alguns filósofos (Santo Agostinho sendo seu grande referencial) se faz de forma a classificar a instância divina como modelo de primor, tal como o mundo inteligível, e o mundo humano ligado ao mundo sensível e, portanto, imperfeito.
-